

## **Proposta da Administração**

Senhores Acionistas,

A Administração da Construtora Lix da Cunha S.A. apresenta para deliberação na Assembléia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 30 de Abril de 2015, a Proposta da Administração a seguir:

### **I – EM ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA**

#### **1. Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2014.**

Aprovação do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras da Companhia, bem como das notas explicativas, acompanhadas do relatório dos auditores independentes relativos ao exercício social findo em 31/12/2014, publicados no dia 31/03/2015 no “Correio Popular de Campinas” e no “Diário Oficial do Estado de São Paulo”.

Os comentários dos diretores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 10 do Formulário de Referência, conforme requerido pela Instrução CVM nº 481 de 17 de dezembro de 2009, constam do Anexo I ao Presente.

#### **2. Resultado do exercício social encerrado em 31/12/2014.**

A Companhia apresentou lucro contábil em 31/12/2014 no montante de R\$ 9.917, todavia tal resultado não foi suficiente para reverter o prejuízo acumulado em exercícios anteriores, pelo que deixa de apresentar as informações sobre a destinação do lucro líquido exigidas pelo Anexo 9-1-II da Instrução CVM 481 de 17 de dezembro de 2009.

#### **3. Proposta de Remuneração dos Administradores**

A Administração propõe remuneração global anual de até R\$ 560.000,00 para o conselho de administração e de até R\$ 2.600.000,00 para a Diretoria, para o exercício de 2015, isto é, o mesmo valor aprovado para 2014.

Atendendo ao disposto no artigo 12 da Instrução CVM nº 481/09, apresenta-se no anexo II, as informações relacionadas no item 13 do Formulário de Referência.

Campinas, 31 de março de 2015.

**Conselho de Administração:**

\_\_\_\_\_  
Moacir da Cunha Penteado  
Presidente

\_\_\_\_\_  
Fausto da Cunha Penteado  
Vice-Presidente

\_\_\_\_\_  
Marisa Braga da Cunha Marri  
Conselheira

\_\_\_\_\_  
Marco Antonio Ferreira da Costa  
Conselheiro

\_\_\_\_\_  
David Rodolpho Navegantes Neto  
Conselheiro

**Diretoria:**

\_\_\_\_\_  
Moacir da Cunha Penteado  
Diretor Superintendente

\_\_\_\_\_  
Marisa Braga da Cunha Marri  
Diretora Jurídica

\_\_\_\_\_  
Renato Antunes Pinheiro  
Diretor Técnico

\_\_\_\_\_  
Elias Abrão Ayek  
Diretor de Relações com o Mercado

---

# ANEXO I

**Comentários dos diretores sobre a situação financeira da  
Companhia, nos termos do item 10 do Formulário de Referência, conforme a  
Instrução CVM 480 de 07 de dezembro de 2009.**

**10. Comentários dos diretores**

**10.1 Os diretores devem comentar sobre:**

**a) condições financeiras e patrimoniais gerais:**

**CENÁRIO GERAL**

Depois de contribuir positivamente com o crescimento da economia desde 2.010, a atividade da construção civil deve ter o pior biênio da série histórica mais recente em 2.014 e 2.015. No ano passado, a perda de fôlego do mercado imobiliário, a paralisia dos negócios provocada pela Copa do Mundo e, em menor escala, o comportamento mais modesto do consumo das famílias deve ter levado o Produto Interno Bruto (PIB) do setor encolher mais de 5%.

Se confirmadas as previsões de economistas, seria o pior desempenho da construção desde 1.992, quando este componente do PIB industrial diminuiu 5,8%.

Em 2.015 a situação pode se agravar, devido aos impactos da Operação Lava-Jato sobre os investimentos da Petrobras e das construtoras envolvidas nas investigações. A construção civil representa pouco menos de 4,7% do PIB, mas considerando a cadeia do setor, esse peso chega a cerca de 8%, de acordo com cálculos do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas.

A Associação Brasileira de Materiais de Construção divulgou números bastante desanimadores para o setor. O faturamento deflacionado das vendas internas de materiais de construção caiu 11,5% em janeiro/15 comparado com o mesmo mês do ano passado e encolheu 2,9% na comparação com dezembro de 2.014. A Associação estima para o ano de 2.015 a expansão das vendas em apenas 1% na comparação com 2.014.

A expectativa para 2.015, no setor imobiliário, ainda é de queda no emprego, uma vez que o menor volume de obras neste ano é fruto de decisões de investimento tomadas no ciclo de desaceleração em 2.013 e 2.014 (fonte das informações: Valor Econômico).

Ressalta-se ainda que dois outros fatores que estão prejudicando o setor são: alta nos preços dos insumos e mão de obra além dos Bancos estarem mais exigentes na liberação de financiamentos, tanto para as incorporadoras/construtoras bem como aos pretendentes adquirentes.

**2.3 DESEMPENHO E RESULTADO DA COMPANHIA**

Mais um ano se findou e o cenário da economia do país continuou estagnado, sendo que para o setor da construção civil foi ainda pior, já que drasticamente atingido, como comentado no tópico anterior.

Não bastasse esta árdua e persistente fase negativa que a economia atravessa, devido principalmente aos maiores escândalos já registrados em toda a história

política do País, que envolve todas as esferas de poderes da Nação, afugentando assim investidores internos e externos, com verdadeiros saques de recursos públicos que assim impossibilitam investimentos em prol da população, e em consequência geram toda esta estagnação já comentada, a Companhia vem também há muitos anos, sendo injustamente penalizada, pelo não recebimento de legítimos créditos frente aos mais diversos Órgãos Públicos, que atualmente montam em aproximadamente em **um bilhão, trezentos e cinquenta milhões de reais**.

Além da companhia amargar “calotes” nestes exorbitantes valores, inclusive com o não pagamento de precatórios, depara-se também com a situação de total desproporcionalidade, entre os tempos em que ocorrem as sentenças proferidas das ações a favor, e contra, isto é, a companhia é rapidamente executada, nas ações as quais se tornou devedora de impostos gerados por obras que executou e não recebeu de órgãos públicos, mas, naquelas em que tem valores a receber; as ações se arrastam por mais de uma década.

O resultado líquido (lucro) no exercício de 2.014 foi de R\$ 9.950 mil, com margem bruta de 24%. Este resultado auferido ocorreu principalmente em função da adesão ao Refis em 08/14 o qual comentamos abaixo.

Em set/14, a companhia publicou Fato Relevante sobre a adesão ao Refis conforme Lei 12.996/2014 e Portaria Conjunta PGFN/RFB n. 13/2014.

A administração da companhia e seus advogados, fizeram uma análise criteriosa dos processos tributários em andamento e também das vantagens oferecidas com a eliminação das multas e redução dos juros oferecidos pelo programa, e consideraram ser benéfica a desistência dos processos e a quitação com depósitos judiciais que já estavam destinados a eles.

Os principais impactos oriundos desta adesão foram:

- Redução no Ativo (depósitos judiciais) > R\$ 35.334 mil
- Redução no Passivo (Enc.e cont. trib.) > R\$ 75.423 mil
- Impacto no resultado (Rec. Financ.) > R\$ 18.334 mil

O principal fator que levou a obtenção do resultado positivo no exercício de 2.014 foi a adesão ao Refis que gerou um ganho financeiro nos descontos dos juros e eliminação de multas sobre os débitos, as quais foram estornadas do passivo tributário, porém caso isto não tivesse ocorrido, a empresa novamente auferiria prejuízos, motivados mais uma vez por empecilhos, injustiças, intransigências e ilegalidades, dentre as quais citamos algumas que merecem destaques e sempre são mencionados:

- Falta de capital de giro mínimo, ocasionada pela alta inadimplência de Entes Públicos que tem prejudicado imensamente as operações básicas da empresa inclusive recursos para mobilização de obras;
- Escassez de recursos financeiros bem como acesso ao crédito, para a aquisição de novas máquinas, veículos e equipamentos, e a reforma dos já existentes, o que ocasionaria aumento de produtividade e redução de custos; em alguns casos, deixamos de formalizar contratos de obras, pela falta de máquinas.
- Penhoras judiciais on-line de contas bancárias, máquinas e caminhões que são penhorados e impedidos de circulação e/ou o devido licenciamento, acarretando

a necessidade de locação, ocasionando o aumento dos custos orçados e despesas com advogados.

- Impossibilidade na obtenção de certidões negativas/e ou positivas com efeito negativo, pelo fato da companhia possuir passivos fiscais/trabalhistas, lembrando sempre frisar, que os passivos fiscais, se acumularam em conseqüência da falta de recebimento dos órgãos públicos já anteriormente comentado.

Entretanto, a Companhia mesmo com todas estas barbaridades comentadas, aderiu em ago/14 ao Refis e quitou grande parte de seu passivo fiscal.

Para quem não vive o dia a dia da companhia, é muito difícil entender, como uma empresa diante desta situação, consegue manter-se ativa; pois por muito menos, várias empresas já não existem mais.

A explicação a isso, é a perseverança, dedicação, força de vontade e comprometimento com que os membros da administração, da família (fundadora) e colaboradores trabalham, sempre imbuídos em superar os obstáculos e, mesmo diante dos percalços, manter a empresa viva, rumo ao seu centenário.

A frustração se agrava ainda mais quando assistimos hoje as maiores empresas do segmento da construção civil do país, comprometendo seus acervos técnicos operacionais em obras públicas, não por “calotes”, ao contrario, por supostos excessos de pagamentos. Enquanto isso, as Empresas Lix, com histórico sem máculas, com mais de 90 anos de tradição, que já proporcionou 12 mil empregos diretos, titular de um acervo técnico imensurável que lhe credencia a executar qualquer tipo / porte / calibre de obra em todo território nacional, vê represado todo seu potencial de atuação pelo simples impedimento cadastral de participar de licitações públicas devido a situação fiscal provocada pelos expressivos calotes destes mesmos órgãos públicos.

Diante disso, mais uma vez, alertamos aos jovens empresários que realmente não vale a pena a formalização de contratos com órgãos públicos. A Lix deixou de participar em obras públicas desde o ano de 2001.

Citamos abaixo alguns fatos importantes que merecem comentários:

### **Área Imobiliária:**

Nos últimos anos, a companhia vem executando empreendimentos imobiliários onde parceiros/investidores através de uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) contrataram a Lix sob o regime de administração e gerenciamento.

Tal modalidade tem atendido aos anseios da empresa que recebe uma taxa sobre os custos mensais da obra evitando a necessidade de capital de giro.

O Presidente da Rede Imobiliária de Campinas, afirmou que apesar da crise econômica no Brasil, os preços dos imóveis estão em processo de estabilização, o que na sua avaliação, faz com que o momento seja propício para quem deseja comprar, uma vez que o poder de negociação aumentou.

Estamos atualmente envolvidos em alguns estudos de viabilidades de negócios imobiliários juntamente com parceiros investidores.

Em breve estaremos lançando um empreendimento imobiliário na cidade de Campinas ( Edifício Premiere Flamboyant) com 96 unidades; o referido empreendimento já possui aprovação de projeto junto a Prefeitura.

Voltamos a frisar que quando recebermos os créditos que possuímos junto a diversos órgãos públicos, será estudada a possibilidade de novamente voltarmos a construir / incorporar empreendimentos próprios.

### **Área de Infraestrutura**

Quanto às obras, em 2014 iniciamos algumas obras importantes, dentre eles um TAC (Termo de Ajuste de Conduta) firmado entre uma empresa privada com a Prefeitura Municipal de Campinas, além de parceria na execução de uma obra de maior porte com uma empresa privada com capital de giro, e participações iguais nos resultados, sendo que esta obra encontra-se em fase final de execução.

Existem grandes possibilidades da formalização de novos contratos em 2015 de obras de infraestrutura.

### **3 – PERSPECTIVAS PARA 2015**

Toda sociedade brasileira está ciente das dificuldades que todos os segmentos da economia estão atravessando e que persistirão em 2015.

Mesmo diante deste crítico momento e de todos os obstáculos que a Companhia vem enfrentando há décadas, a administração continua com o propósito de incrementar sua carteira e buscar a formalização de acordos com órgãos públicos devedores.

O foco na busca de novos contratos continuará, especialmente obras de infraestrutura em loteamentos e condomínios horizontais e verticais, obras decorrentes de TAC (Termo de Ajuste de Conduta) de contrapartidas exigidas pela Prefeitura e Ministério Público, empreendimentos imobiliários sob o regime de contratação por administração e gerenciamento e o fornecimento e aplicação de massa asfáltica.

### **4- MENSAGEM FINAL**

Mais uma vez, agradecemos a todos aqueles que no decorrer do ano de 2014 nos ajudaram a enfrentar esta árdua batalha, cujas armas principais são representadas pela paciência, perseverança, força de vontade, compreensão e principalmente a competência para saber transpor todos obstáculos.

São estes: nossos colaboradores, parceiros, clientes que acreditaram na empresa, fornecedores e acionistas.

b) estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

- i. hipóteses de resgate
- ii. fórmula de cálculo do valor de resgate

Não há hipótese de resgate de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas.

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Administração da Companhia continua buscando incrementar a carteira de obras e vem reduzindo os custos.

No que se refere às dívidas oriundas do inadimplemento de contratos públicos, a Companhia permanecerá dependendo de novos acordos para que sejam liquidados os compromissos pendentes.

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A Companhia mantém controle no sentido de que todas as compras de materiais e contratações de mão de obra, os vencimentos de tais obrigações ocorram após o recebimento das faturas de prestações de serviços emitidas contra nossos clientes, a fim de melhorar a liquidez de seu fluxo de caixa.

No que tange aos investimentos de maior relevância, quando possível, a Companhia tem optado por fazê-los por meio do sistema de operações de crédito com Bancos de investimento e consórcio.

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Conforme já mencionado nos itens anteriores, a Companhia pretende obter suas fontes de financiamento para capital de giro utilizando-se do seu fluxo comercial para atingir melhores resultados na relação entre pagamentos e recebimentos, quando insuficientes, buscaremos créditos junto a instituições financeiras com o menor custo possível.

Em relação aos investimentos em ativos não-circulantes a Companhia vem utilizando o sistema de consórcio, além do recebimento de seus créditos para fazer frente ao pagamento das dívidas, especialmente as de natureza tributária.

f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Os contratos de empréstimos relevantes da Companhia são compostos por:

MODALIDADE	TAXAS (%) (média)	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		2014	2013	2014	2013
- Capital de giro	CDI + 1,2% a.m.	0	0	7.728	8.029
- Leasing	6,25% a.a. + TJLP	0	0	275	66
- Carteira hipotecária	1,36% a.m.	0	0	0	0

<b>TOTAL</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>8.003</b>	<b>8.095</b>
Parcela circulante	0	0	7.889	7.119
Parcela não circulante	-	-	114	976

(1) Os financiamentos e empréstimos estão garantidos, conforme o caso, por (i) hipotecas de imóveis; (ii) aval de diretores e acionistas.

(2) A controlada Lix Incorporações e Construções Ltda. registra os valores de atualização do saldo a pagar ao Banco Credibel S.A., em discussão judicial, através das estimativas adotadas pelo próprio Perito Judicial na atualização desse débito. Essa provisão constituída acumula saldo de R\$ 6.328 em 31/12/2014 e R\$ 5.632 em 2013 sendo o saldo residual (R\$ 1.675) refere-se a aporte de recursos temporários parceiros/investidores

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não há

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Não há

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Não há

g) limites de utilização dos financiamentos já contratados

Não há

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	dez/14	Vert%	dez/13	Vert%	Horiz
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>12.343</b>	<b>100%</b>	<b>16.212</b>	<b>100%</b>	<b>-24%</b>
Custos Operacionais	-9.446	-77%	-12.248	-76%	-23%
<b>LUCRO BRUTO</b>	<b>2.897</b>	<b>23%</b>	<b>3.965</b>	<b>24%</b>	<b>-27%</b>
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>					
Honorários da Administração	-945	-8%	-909	-6%	4%
Contingencias Trabalhistas	-621	-5%	0	0%	100%
Gerais e Administrativas	-5.387	-44%	-7.152	-44%	-25%
Tributárias	-257	-2%	-587	-4%	-56%
Depreciações e Amortizações	-369	-3%	-423	-3%	-13%
<b>TOTAL</b>	<b>-7.579</b>	<b>-61%</b>	<b>-9.071</b>	<b>-56%</b>	<b>-16%</b>
<b>LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL</b>	<b>-4.682</b>	<b>-38%</b>	<b>-5.106</b>	<b>-31%</b>	<b>-8%</b>
<b>OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS</b>					
Participação no Resultado Controladas					
Receitas Financeiras	5.879	48%	16.516	102%	-64%

Despesas Financeiras	-9.352	-76%	-20.873	-129%	-55%
Prov.p/ Contingências	-21.408	-173%	-	-	100%
Prov.p/ Devedores Duvidosos	831	7%	-7.973	-49%	-110%
<b>TOTAL</b>	<b>-24.050</b>	<b>-195%</b>	<b>-12.330</b>	<b>-76%</b>	<b>95%</b>
<b>LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL</b>	<b>-28.732</b>	<b>-233%</b>	<b>-17.436</b>	<b>-108%</b>	<b>65%</b>
Outras Resultados Operacionais	38.688	313%	15.347	95%	152%
<b>LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DA PARTICIPAÇÃO DOS MINORITÁRIOS</b>	<b>9.956</b>	<b>81%</b>	<b>-2.089</b>	<b>-13%</b>	<b>-577%</b>
Participação dos Minoritários	-39	0%	472	3%	-108%
<b>LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO</b>	<b>9.917</b>	<b>80%</b>	<b>-1.617</b>	<b>-10%</b>	<b>-713%</b>
<b>Lucro (Prejuízo) Líquido por Ação</b>	<b>0,8269</b>		<b>-0,1348</b>		

As variações que merecem destaque nas Demonstrações de Resultados são as seguintes:

#### Receita Líquida

No ano de 2014, a receita líquida recuou 24%, refletindo o ambiente econômico de recessão e estagnação econômica do país.

#### Custo das Vendas

Os custos apresentaram pequenos ajustes (+1%) em relação ao exercício anterior tendo em vista principalmente pouca demanda e concorrência mais elevada.

#### Despesas Gerais e Administrativas

As Despesas Gerais e Administrativas em 2014 permaneceram estáveis em relação a receita líquida no entanto apresentaram recuo de 25% em relação ao ano anterior, ocasionada principalmente por redução de gastos internos e políticas de corte nas despesas.

#### Resultado Financeiro Líquido:

O resultado financeiro reflete basicamente os efeitos da correção dos direitos creditórios que a Companhia tem junto aos órgãos Estaduais, Federais e Municipais, frente as correções das obrigações com fornecedores vinculados aos créditos, obrigações tributárias, obrigações trabalhistas e previdenciárias.

#### Provisão para Contingências.

O aumento nessa rubrica se refere principalmente a revisão das perspectivas de êxito dos processos cíveis, pelo corpo jurídico da empresa, que tendo em vista o andamento de cada processo ajustou os valores a serem provisionados para o mais próximo da situação atual de êxito ou não. Essa revisão é feita periodicamente e pode variar tanto positiva quanto negativamente, dependendo do andamento do conjunto de processos judiciais envolvidos.

#### Lucro Líquido

Em 2014 o lucro líquido auferido foi de R\$ 9.917 mil, sendo que em 2013 apurou-se um prejuízo de R\$ 1.617 mil. O resultado positivo deste exercício ocorreu

principalmente pelos impactos da adesão ao REFIS, o que possibilitou a quitação de inúmeros débitos tributários com descontos além da utilização de prejuízos fiscais acumulados. Tal ação nos trouxe um resultado líquido de aproximadamente R\$ 18 milhões e diluiu sensivelmente o impacto do resultado operacional.

Comentário sobre as Controladas / Coligadas inativas:

Quando a companhia receber parte dos créditos que possui junto aos Órgãos Públicos, o que possibilitará assim quitar as dívidas fiscais das empresas inativas: CBI Construções Ltda, CBI Industrial Ltda, Pedralix S.A. Indústria e Comércio as mesmas deverão ser encerradas.

**10.2 Os diretores devem comentar:**

a. resultados das operações do emissor, em especial:

- i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita
- ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Verificar item acima: Lucro líquido

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

Não há.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Não há.

**10.3 Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:**

- a. introdução ou alienação de segmento operacional
- b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária
- c. eventos ou operações não usuais

Não aplicável.

**10.4 Os diretores devem comentar:**

a) mudanças significativas nas práticas contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/76), e as alterações produzidas pela Lei n.º 11.638/07 e Medida Provisória n.º 449/08, convertida em Lei n.º 11.941/09, assim como os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), exigidos para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de Dezembro de 2014.

b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não houve.

c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Em 2014 os auditores independentes formularam as seguintes ênfases:

**Ênfases:- a)** Nos exercícios de 2.010 a 2.013, a Companhia apurou prejuízos no montante de R\$ 13.272, com reflexo significativo em seu patrimônio líquido. Todavia, no exercício de 2.014 apurou um lucro de R\$ 9.917, decorrente dos ajustes da opção pelo Programa de Recuperação Fiscal (Refis), reduzindo, desta forma, parcialmente o reflexo acima mencionado. Entretanto, o reflexo ainda remanescente daqueles exercícios somente poderá ser revertido mediante a adoção de medidas que enfatizem, entre outras, o aumento das receitas, a redução dos custos fixos e o aporte de capital, aliados à melhoria substancial de sua margem operacional, a fim de não comprometer o desenvolvimento de suas atividades operacionais; **b)** Conforme mencionado na nota explicativa nº “02.k” a Companhia, na forma do CPC nº 32, não adota a prática de constituir provisões diferidas para o IRPJ e CSLL, por não apresentar histórico de lucratividade e expectativa de lucros tributáveis futuros; **c)** A Companhia mantém saldos significativos de contas a receber junto ao poder público (municipal, estadual e federal) com impossibilidade de uma adequada determinação do valor exato e época da sua efetiva realização, com reflexos no seu capital de giro; e, **d)** A Companhia mantém transações significativas com partes relacionadas e, conseqüentemente, suas demonstrações financeiras podem não refletir, necessariamente, a posição financeira que seria obtida, caso tivesse operado exclusivamente com empresas não ligadas.

**10.5** Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

Dentre as política contábeis adotadas, a Companhia considera crítica as seguintes:

**1. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES**

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2014	2013	2014	2013
Faturas a vencer e serviços a faturar	76	71	1.754	2.326
Créditos vencidos antes de 01/Janeiro/2012	251.458	248.569	255.796	252.523
(-) Provisão para perdas eventuais	(8.557)	(8.187)	(9.452)	(10.283)
<b>TOTAL</b>	<b>242.977</b>	<b>240.453</b>	<b>248.098</b>	<b>244.566</b>
Parcela circulante	242.977	240.453	247.548	243.900

O registro dos valores a receber de clientes, apresentados nas demonstrações contábeis, considerou o seguinte:

- Os valores de créditos a receber vencidos estão relacionados com contratos diretos ou de sub-empitada de obras já executadas, total ou parcialmente, junto a diversos organismos municipais, estaduais e federais, tais como: Prefeituras, Departamentos Estaduais de Estradas e Rodagem e Governo Federal.

<b>ESTIMATIVA DO VALOR TOTAL DAS AÇÕES</b>		
<b>AÇÕES NAS ESFERAS:</b>	<b>31/Dez./2014</b>	<b>31/Dez./2013</b>
Federais	762.336	995.089
Estaduais	510.232	314.013
Municipais	28.067	26.126
Outros	12.108	10.344
<b>TOTAL</b>	<b>1.312.743</b>	<b>1.345.572</b>

## 2. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia e suas controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais decorrentes do curso normal das suas operações. As provisões para contingências foram constituídas para fazer face às perdas consideradas prováveis nesses processos, os quais estão relacionados a questões trabalhistas, tributárias e cíveis. A provisão foi constituída em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas, segundo o aconselhamento e avaliação de advogados e assessores jurídicos.

Em 31 de Dezembro de 2014, o valor total das provisões para contingências e os depósitos judiciais relacionados com as questões em disputa, estavam compostos da seguinte forma:

	<b>CONTROLADORA</b>		<b>CONSOLIDADO</b>	
	<b>2014</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
<b>Provisões contabilizadas</b>	<b>24.257</b>	<b>25.895</b>	<b>47.139</b>	<b>43.493</b>
- Depósitos judiciais	(1.994)	(41.552)	(3.170)	(42.586)
- Provisões líquidas	22.263	(15.657)	43.969	907

As provisões contabilizadas referem-se principalmente a contestação em processos de natureza tributária e cível. As estimativas de ganhos e perdas são frequentemente avaliadas pelos assessores jurídicos da Companhia e, como base nas premissas que são informadas, são reavaliadas as provisões contábeis efetuadas. Nesse sentido, também estão incluídos processos trabalhistas e previdenciários de contingências envolvendo diversas reclamações trabalhistas

propostas por ex-empregados em relação a questões salariais, tais como diferenças salariais, equiparações, pagamentos de remuneração variável, adicionais legais, horas extras e outros.

### 3. FORNECEDORES

No saldo de **R\$ 32.656** (consolidado), refere-se em sua maioria a fornecedores vinculados ao crédito (Contas a Receber Clientes) sob litígio junto a órgãos públicos, contabilizados em conta de ativo circulante.

Os valores desses débitos vinculados estão atualizados monetariamente de acordo com os índices pactuados em contratos a juros legais, os quais não diferem daqueles utilizados para a atualização dos ativos respectivos. Os valores devidos a fornecedores que estão vinculados ao ativo circulante, foram analisados nas mesmas bases descritas na nota explicativa n.º 5, cujos saldos ajustados estão devidamente correspondidos.

**10.6 Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:**

a. grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e manutenção de controles internos eficazes para a preparação e divulgação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, bem como pela avaliação em conjunto com a auditoria externa da eficácia desses controles. A preparação e divulgação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas é um processo desenvolvido pelo setor de contabilidade e controladoria, sob a Supervisão do Gerente de Controladoria, da Administração da Companhia e da Auditoria Externa e executados pelos administradores e funcionários a fim de fornecer razoável segurança quanto à confiabilidade das informações contidas nos relatórios financeiros.

A preparação das demonstrações contábeis para uso externo são elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/76), e as alterações produzidas pela Lei n.º 11.638/07 e Medida Provisória n.º 449/08, convertida em Lei n.º 11.941/09, assim como os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), exigidos para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de Dezembro de 2014.

São adotados procedimentos que buscam assegurar:

1. O correto registro de todos os fatos contábeis, com detalhamento razoável a fim de refletir satisfatoriamente as transações e disposições dos ativos da Companhia;
2. Que as transações sejam registradas conforme necessário para permitir a preparação das demonstrações contábeis conforme os princípios contábeis geralmente aceitos e que os recebimentos e gastos da Companhia somente sejam feitos com autorizações da administração e dos diretores da Companhia.

Devido às limitações próprias dos controles internos, ocasionalmente podem ocorrer que erros não sejam detectados oportunamente a fim de serem evitados, no entanto, esses erros sempre que detectados são corrigidos a fim de refletir da melhor forma a posição financeira e patrimonial da Companhia.

A fim de melhorar cada vez mais o nível de eficiência dos processos e controles internos, a Companhia investiu pesadamente na aquisição do sistema de gestão (ERP TOTVS), na formatação de novos procedimentos e no treinamento de funcionários. Vale ressaltar que, mesmo os sistemas e procedimentos considerados eficazes podem fornecer somente segurança razoável relativa ao processo de preparação e apresentação das demonstrações contábeis consolidadas.

A Administração em conjunto com a auditoria externa avaliaram os controles internos da Companhia referente as demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2014 e concluíram que são suficientes e apropriados para refletir de forma confiável as informações financeiras e patrimoniais da Companhia.

**b. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente**

Os auditores independentes não identificaram durante a execução dos trabalhos de auditoria, deficiências ou recomendações sobre os controles internos da Companhia que pudessem afetar o parecer sobre as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

**10.7 Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar:**

- a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados
- b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição
- c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável.

**10.8 Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:**

- a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:
  - i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos
  - ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos
  - iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços
  - iv. contratos de construção não terminada
  - v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos
- b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há.

**10.9** Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:

- a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor
- b. natureza e o propósito da operação
- c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável.

**10.10** Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

- a. investimentos, incluindo:
  - i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Não há previsão e não há investimentos significativos em andamento.

- ii. fontes de financiamento dos investimentos

Não aplicável.

- iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há previsão e não há desinvestimentos significativos em andamento.

- b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não há

- c. novos produtos e serviços, indicando:

- i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não há.

- ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não há

- iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Não há

- iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não há

**10.11** Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Não há

---

# ANEXO II

**Informações relativas à remuneração dos administradores requeridas no item 13 do formulário de referência, conforme Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009**

**13. Remuneração dos administradores**

**13.1** Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos<sup>23</sup>:

a. objetivos da política ou prática de remuneração

A remuneração designada pela Companhia aos seus administradores tem se pautado pelo grau de responsabilidade e tempo de dedicação às funções, além de critérios pertinentes às competências desenvolvidas, reputação profissional e outras práticas adotadas por Companhias de porte e segmento de atividade semelhantes.

b. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

O montante global da remuneração percebidas pelos administradores se estabelece anualmente por meio da Assembléia Geral Ordinária, levando-se em conta os honorários mensais, 13º salários e férias.

ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total

<b>RUBRICA</b>	<b>DIRETORIA EXECUTIVA</b>	<b>CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</b>
SALÁRIOS, PRÓ-LABORE	85,70%	100,00%
13º SALÁRIO	7,14%	0,00%
FÉRIAS	7,16%	0,00%
<b>TOTAL</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Os reajustes de cada um dos elementos da remuneração se baseiam em pesquisas de mercado realizadas anualmente, com o intuito de analisar se a remuneração dos administradores está compatível com àquela verificada em empresas de porte e situação semelhantes.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

Em razão da atual situação financeira e patrimonial da Companhia, considera-se como mais adequado, o modelo adotado para a composição da remuneração.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Não há indicadores específicos de desempenho.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Não aplicável.

- e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

Não aplicável.

- f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Parte da remuneração dos administradores é suportada pelas Controladas Lix Empreendimentos e Construções Ltda., e pela Lix Incorporações e Construções Ltda.

- g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não há.

**13.2** Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo

a. órgão

b. número de membros

c. remuneração segregada em:

i. remuneração fixa anual, segregada em:

- salário ou pró-labore.
- benefícios diretos e indiretos.
- remuneração por participação em comitês.
- outros

ii. remuneração variável, segregada em:

- bônus
- participação nos resultados
- remuneração por participação em reuniões
- comissões
- Outros

iii. benefícios pós-emprego

iv. benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo v. remuneração baseada em ações

d. valor, por órgão, da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

e. total da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal<sup>27</sup>

As tabelas e notas abaixo apresentam a remuneração anual atribuída ao Conselho de Administração e à Diretoria Estatutária da Companhia reconhecida no resultado do exercício

social encerrado em 31 de dezembro de 2014, considerando a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, conforme indicado no quadro abaixo1; e prevista para o exercício social corrente.

<b>Mês</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria</b>
JAN	5	4
FEV	5	4
MAR	5	4
ABR	5	4
MAI	5	4
JUN	5	4
JUL	5	4
AGO	5	4
SET	5	4
OUT	5	4
NOV	5	4
DEZ	5	4
<b>TOTAL</b>	<b>60</b>	<b>48</b>
<b>MÉDIA</b>	<b>5</b>	<b>4</b>

#### Exercício Social encerrado em 31/12/2014 e 2013

	<b>Conselho de Administração</b>		<b>Diretoria</b>	
	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Número de membros	5	3	5	4
Remuneração fixa anual:				
Salário ou pró-labore	174.600	174.600	734.954	725.280
Benefícios diretos e indiretos	0	0	0	0
Remuneração por participação em Comitês	0	0	0	0
Outros	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração Variável	n/a	n/a	n/a	n/a
Bônus	n/a	n/a	n/a	n/a
Participação nos resultados	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração por participação em reuniões	n/a	n/a	n/a	n/a
Comissões	n/a	n/a	n/a	n/a
Outros	n/a	n/a	n/a	n/a
Benefícios pós-emprego	n/a	n/a	n/a	n/a
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração baseada em ações	n/a	n/a	n/a	n/a
<b>Valor da remuneração</b>	<b>174.600</b>	<b>174.600</b>	<b>734.954</b>	<b>725.280</b>

### Exercício Social corrente (Previsão para 2014)

	Conselho de Administração 2014	Diretoria 2014
Número de membros	5	5
Remuneração fixa anual:		
Salário ou pró-labore	560.000	2.600.000
Benefícios diretos e indiretos	0	0
Remuneração por participação em Comitês	0	0
Outros	n/a	n/a
Remuneração Variável	n/a	n/a
Bônus	n/a	n/a
Participação nos resultados	n/a	n/a
Remuneração por participação em reuniões	n/a	n/a
Comissões	n/a	n/a
Outros	n/a	n/a
Benefícios pós-emprego	n/a	n/a
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	n/a	n/a
Remuneração baseada em ações	n/a	n/a
<b>Valor da remuneração</b>	<b>560.000</b>	<b>2.600.000</b>

**13.3** Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo<sup>28</sup>:

- a. órgão
- b. número de membros
- c. em relação ao bônus:
  - i. valor mínimo previsto no plano de remuneração
  - ii. valor máximo previsto no plano de remuneração
  - iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas
  - iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais
- d. em relação à participação no resultado:
  - i. valor mínimo previsto no plano de remuneração
  - ii. valor máximo previsto no plano de remuneração
  - iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas
  - iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais

A Companhia não efetuou pagamento de remuneração variável a seus administradores nos últimos 3 exercícios sociais, nem tem previsão de pagamento para o exercício social corrente.

**13.4** Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

- a. termos e condições gerais
- b. principais objetivos do plano
- c. forma como o plano contribui para esses objetivos
- d. como o plano se insere na política de remuneração do emissor
- e. como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo
- f. número máximo de ações abrangidas
- g. número máximo de opções a serem outorgadas
- h. condições de aquisição de ações
- i. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício
- j. critérios para fixação do prazo de exercício
- k. forma de liquidação
- l. restrições à transferência das ações
- m. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano
- n. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

A Companhia não tem nenhum plano de remuneração aos seus administradores baseado em ações.

**13.5** Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social

<b>Órgão</b>	<b>Ações ON Lix da Cunha</b>
Conselho de Administração	1.735.667
Diretoria	742.522

**13.6** Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo<sup>30</sup>:

- a. órgão
- b. número de membros
- c. em relação a cada outorga de opções de compra de ações:
  - i. data de outorga
  - ii. quantidade de opções outorgadas
  - iii. prazo para que as opções se tornem exercíveis
  - iv. prazo máximo para exercício das opções
  - v. prazo de restrição à transferência das ações

- vi. preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:
  - 1. . em aberto no início do exercício social
  - 2. . perdidas durante o exercício social
  - 3. . exercidas durante o exercício social
  - 4. . expiradas durante o exercício social
- d. valor justo das opções na data de outorga
- e. diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas

A Companhia não tem nenhum plano de remuneração aos seus administradores baseado em ações.

**13.7** Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo<sup>31</sup>:

- a. órgão
- b. número de membros
- c. em relação às opções ainda não exercíveis
  - i. quantidade
  - ii. data em que se tornarão exercíveis
  - iii. prazo máximo para exercício das opções
  - iv. prazo de restrição à transferência das ações
  - v. preço médio ponderado de exercício
  - vi. valor justo das opções no último dia do exercício social
- d. em relação às opções exercíveis
  - i. quantidade
  - ii. prazo máximo para exercício das opções
  - iii. prazo de restrição à transferência das ações
  - iv. preço médio ponderado de exercício
  - v. valor justo das opções no último dia do exercício social
  - vi. valor justo do total das opções no último dia do exercício social

Não aplicável.

**13.8** Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número de membros
- c. em relação às opções exercidas informar:
  - i. número de ações
  - ii. preço médio ponderado de exercício
  - iii. valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas
- d. em relação às ações entregues informar:
  - i. número de ações
  - ii. preço médio ponderado de aquisição

- iii. valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas

Não aplicável.

**13.9** Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

- a. modelo de precificação
- b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco
- c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado
- d. forma de determinação da volatilidade esperada
- e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não aplicável.

**13.10** Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

- a. órgão
- b. número de membros
- c. nome do plano
- d. quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar
- e. condições para se aposentar antecipadamente
- f. valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores
- g. valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores
- h. se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições

A Companhia não possui nenhum plano de previdência em vigor conferido aos administradores.

**13.11** Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

- a. órgão
- b. número de membros
- c. valor da maior remuneração individual
- d. valor da menor remuneração individual
- e. valor médio de remuneração individual

**Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2014 e 2013**

	<b>Conselho de Administração</b>		<b>Diretoria</b>	
	2014	2013	2014	2013
Número de membros	5	5	4	4
Valor médio de remuneração individual (em R\$)	58.600	58.600	183.738	183.738

**13.12** Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Não há

**13.13** Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

<b>Órgão</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Conselho de Administração .....	100%	100%
Diretoria Estatutária.....	100%	100%

**13.14** Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Não há.

**13.15** Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

**Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2014**

Valores reconhecidos no resultado da controlada Lix Empreend. e Constr. Ltda.

	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria</b>	<b>Total</b>
Numero de Membros	5	4	9
Salário ou pró-labore (R\$ Mil)	90	303	393

**13.16** Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há.